



DIÁLOGOS E DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Divan Santana Ramos¹

Cleverton Jose Farias de Souza²

RESUMO

Este escrito intitulado “**DIÁLOGOS E DISCUSSÕES SOBRE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL**” busca elucidar diálogos e discussões acerca dos desafios que é educar numa região tão complexa e diversa como a Amazônia, neste caso, se enfatiza a brasileira que é a realidade, levando em conta sua área territorial geográfica e sua riqueza em biodiversidade, cultural e étnico-racial. Para isso, fez-se necessário uma pesquisa de cunho bibliográfica onde o autor pudesse desenvolver o *corpus* da pesquisa trazendo fatos históricos, discutindo temas como a Privatização da Educação; Planos Nacionais de Educação, tal como, o Sistema Nacional de Educação. O referido artigo também busca envolver teses e dissertações que apresentam discussões voltadas a educação dos povos que habitam a região amazônica e suas peculiaridades, em especial as políticas da educação especial direcionadas para as crianças e adolescentes com deficiência, transtorno ou altas habilidades/superdotação. Assim, é possível compreender que educar na Amazônia é saber lidar com todos os problemas da educação pública, mas também viver num espaço que é tão rico em biodiversidade, mas ao mesmo tempo tão pobre na efetivação de políticas educacionais pensadas e desenvolvidas pelos povos da Amazônia e não por regiões distantes que não conhecem e nem respeitam as particularidades regionais.

Palavras – chave: Educação, Região Amazônica; Educação Especial, Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um conjunto de reflexões sobre educação na perspectiva do neoliberalismo no Brasil, dando enfoque às suas políticas na região amazônica e seus impactos na Educação Inclusiva. Com a intenção de gerar embasamento reflexivo sobre educação e

¹ Licenciado em Pedagogia (UFAM, 2019); Especialista em Educação Especial e Educação e Inclusiva (FASAMAR, 2020); Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na Linha 4 – Educação Especial e Inclusiva no Contexto Amazônico. Pesquisador do tema Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação (TDC); Membro do Grupo de Estudos Laboratório de Estudos em Comportamento Motor Humano (LECOMH). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9544315171328566> ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9825-6749> E-mail: dhivam.santana@hotmail.com

² Licenciado em Educação Física (1997) e especialização em Psicopedagogia (2006) pela Universidade Federal do Amazonas (1997), mestrado em Educação Física pela Universidade de São Paulo (2004), doutorado em Educação Física pela Universidade de São Paulo (2011) e pós-doutorado em Educação Física pela Universidade de Pernambuco. Atualmente é professor da Universidade Federal do Amazonas e vice – coordenador do Grupo de Estudos Laboratório de Estudos em Comportamento Motor Humano (LECOMH). E-mail: cleverton@ufam.edu.br.



diversidade cultural frente aos desafios amazônicos e refletir sobre a formação do educador no contexto amazônico.

Para alcançar os objetivos desejados, esta será uma pesquisa bibliográfica do tipo levantamento, pois, possibilita ao pesquisador deste trabalho a busca das contribuições de vários autores e estudos anteriores que trabalham a temática, a partir das referências teóricas publicadas em livros e revistas científicas especializadas.

METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi (1991. p.183) “A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando à conclusão inovadora”.

Para que a pesquisa tenha este caráter fez-se busca minuciosas a cerca da temática proposta tendo como parâmetro, as principais obras e autores que discutem com afinco a educação no país e também que fazem oposição ferrenha ao modelo de educação que o Neoliberalismo vem a passos largos tentando implantar no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Um debate panorâmico sobre educação e política: os lados da trincheira

Neste primeiro momento, o diálogo se direciona para discutir educação, política e seus entrelaçamentos com os escritos de Luiz Carlos Freitas (2018) intitulada “A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias”. Freitas (2018) consegue elucidar as mudanças que impactaram e impactam de forma negativa ou não, a educação de nosso país. Ele inicia a obra falando da origem da reforma, assim como, suas fundamentações, para tanto, é feita uma contextualização histórica trazendo consigo os personagens políticos e suas legendas que no decorrer do tempo são modificadas, porém o ideário político e econômico seguiu se fortalecendo e tentando se consolidar.

Quiçá, surgem àqueles que buscavam se estabelecer, dando espaço aos personagens que ficaram conhecidos como “reformadores”, que na verdade, são aqueles que empunhavam a bandeira da privatização da educação do Brasil, ou seja, não eram apenas pessoas, mas um mercado inteiro interessado em se sobressair às custas de recursos oriundos da receita do país, utilizando os *vouchers*. Segue-se a dúvida, era uma privatização, uma publicização, ou um meio termo de ambas as palavras? A partir disso, o autor desvela como se estabeleceria aquelas que viriam ser as “novas” diretrizes educacionais.



Não obstante, fica escancarado o anseio neoliberalista em privatizar a educação e com isso seguir os padrões neoliberalistas como: as padronizações, os testes, e *accountability*. Sendo elas estratégias de “avaliar” o desempenho educacional e a partir dos dados obtidos enfraquecer a escola pública, tendo em vista que tais dados indicariam um fracasso nas políticas educacionais e logo seriam propostas outras soluções para o melhoramento da educação, algo que sem dúvida não viria da mente dos neoliberais.

E neste cenário, os estudantes, atores deste processo seriam prejudicados por completo, pois a ideia de avaliar, medir e padronizar nada mais é do que uma estratégia de selecionar, rotular e excluir alunos que não atendessem as médias pré-estabelecidas, uma vez que os currículos se apoiariam na teoria da padronização e deixariam de alcançar as diferenças sejam elas culturais, sociais, econômicas, emocionais, regionais e das pessoas com deficiências, transtornos e/ou superdotação/altas habilidades. Este último seria crucial para um projeto de educação que é segregador e excludente, que inclusive nos dias atuais.

Sistematização da Educação Nacional: críticas e compreensões

Neste momento nos debruçamos em livro de Dermeval Saviani (2014) com o título “Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação”, um livro que nos faz refletir a educação que se estabeleceu no nosso país, seus pressupostos e anseio futuros.

Saviani (2014) durante as Conferências Nacionais de Educação (CONAE), menciona que os grandes entraves giravam em torno da criação de um Sistema Nacional capaz de abarcar as singularidades e as particularidades de um país como o Brasil. Afinal, um sistema nacional carece ser pensado e organizado por pessoas conhecedoras e para isso, o autor cita inúmeras regulamentações que dão embasamento jurídico para a criação do mesmo, no entanto, ao mesmo tempo que as leis permitem, elas também castram estados e municípios, desarticulando o ideal de um Sistema Nacional de Educação.

Um dos maiores obstáculos de sua viabilidade, é com relação ao financiamento da educação, sendo este primordial para a sua manutenção e também um pesadelo, uma vez que o congresso, juntamente com seus conchavos políticos insistem em “economizar” neste setor, logo este que é determinante para o desenvolvimento econômico, político e social de um país em desenvolvimento.

Um outro entrave, é o da descontinuidade política que nada mais é, a extinção de políticas criadas por governos anteriores que o governo em vigência procura encerrar, seja ela eficaz ou não, mostrando uma relação de poder e também deixando de dar continuidade a programas, projetos e políticas que apresentam avaliações positivas. Com isso, se desperdiça

recursos empregados e pessoal capacitado.

As grandes discussões se apresentam também à criação de um Sistema Nacional de Educação, mostrando seus entraves, suas ideias e sua separação do Plano Nacional de Educação (PNE), mesmo que um seja complemento necessário do outro.

A Educação na Amazônia: reflexões da educação da cidade e do campo

De acordo com a estrutura pré-estabelecida neste trabalho, nos propomos agora discutir teses e dissertações de pesquisadores(as) que compreendem a educação a partir de suas perspectivas desenvolvidas dentro de suas linhas de pesquisas e com isso contextualizam seus objetos com a problemática que a região apresenta.

A dissertação da professora Rudervânia da Silva Lima Aranha analisa o “PROEMEM: a lógica do Mercado na Educação Pública Municipal de Manaus” e abre margem para as discussões na região amazônica.

LIMA (****) apresenta como acontecem as negociações entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública de Manaus (PROEMEM), mostrando de forma minuciosa a sua implantação dentro da Secretaria Municipal de Educação de Manaus.

De forma mais simples, acredita-se que o BID enquanto “financiador” internacional busca implantar dentro do território amazônico as ideologias neoliberais de mercado. Assim, a educação é apresentada como falha e que somente com o apoio de organismos internacionais aplicados à educação e ao financiamento desses organismos é que a educação se igualará às das grandes potências econômicas, o que não é de forma alguma verdade, pois ao mesmo tempo que esses recursos são aplicados, o governo estadual tirará das receitas públicas montantes consideráveis e pagará à juros altíssimos esse desserviço prestado.

Para ampliar a visão da contextualização amazônica, contou-se com a obra “Trabalho e educação do campo no contexto amazônico: um estudo em uma comunidade camponesa do médio rio Solimões” de Iraci Carvalho Uchôa. Neste trabalho, Uchôa (2018), conclui que:

a educação pública implementada nas escolas do campo é pensada por pessoas que residem em centros urbanos (zona urbana), logo a realidade educacional não completa as vivências e experiências daqueles que residem no campo, portando, é incapaz de saciar os anseios educacionais deles (UCHÔA, 2018).

Precisamos pensar que dentro dos territórios rurais, ou melhor, no campo, não tem apenas e tão somente alunos ditos “normais”, precisamos também discutir que nesses espaços

existem alunos e alunas com inúmeras deficiências, transtornos ou altas habilidades/superdotação.

No entanto, com a negação do direito de continuar os estudos dentro de seus territórios, ocorre aquilo que conhecemos na geografia como “êxodo rural”, que nada mais é do que ir para cidade e isso se justifica por dois fatores determinantes: a) continuidade de estudo e b) busca por trabalho.

Nota-se que as discussões de Freitas (2018) e Saviani (2014) vem ao encontro deste texto. Uma vez que se fala de relações de trabalho, o trabalho enquanto ato de sobrevivência e principalmente a criação de um Sistema Nacional de Educação que auxilie a criação de um PNE capaz de ser pensado a partir da realidade de cada localidade e não somente reproduzida para lugares considerados adaptáveis a moldes urbanistas sem querer implantar sobre um viés de melhoramento as artinhas ideológicas do famigerado neoliberalismo que nada respeita as relações sociais.

Já Victoria (2015) em sua pesquisa busca focar no *quotidiano* narrado pelos(as) jovens daquela comunidade onde falaram sobre a escola, idas e vindas, uma vez que a maioria dos meninos se distancia da escola pela necessidade de auxiliar os pais na despesa e manutenção da família e, por outro lado, as meninas desistem ou se ausentam da escola por conta da gravidez precoce e formação de uma nova família na comunidade.

Narram também sobre suas perspectivas com relação aos estudos e exprimem o desejo de *ser alguém* na vida, ou seja, cursar um curso superior e viver da profissão estudada. Com esse pensamento, muitos migram para as grandes cidades ou para a capital do Estado e lá se deparam com outras realidades, que os obriga a trabalhar-estudar e adaptar-se a correria desenfreada dos centros urbanos, logo muitos desistem em decorrência do cansaço extremo.

Com as discussões acima pôde-se observar que as comunidades, não tem condições de mantê-los estudando ali, com isso, alguns viajam e outros cessam os estudos e logo formam famílias e continuam a trabalhar.

A reflexão que se tem é que se fossem instituídas as políticas neoliberais no país, como estas seriam organizadas dentro desses espaços e quais seriam os resultados? Tendo em vista que a educação pública do país ainda não é capaz de alcançar as necessidades educacionais, quem dirá na perspectiva neoliberal.

Por isso, Almeida (2018) buscou desvelar em seu ensaio científico os fatores da inclusão em um espaço como o território amazônico. Território este com inúmeras particularidades e singularidades, capaz de vencer os desafios a partir da realidade apresentada. Daí o papel da pesquisa e da ciência, investigar e denunciar quando necessário, assim como, propor soluções



palpáveis e capazes de atender a realidade de cada espaço.

A Educação Inclusiva em contexto amazônico

Quando falamos em Educação Inclusiva (EI), por si só, já é um desafio de muitos anos, e quando fala-se em contextos amazônicos, é um outro grande desafio que atinge a forma de vida social, política e cultural dos povos que aqui se encontram. Para tornar o debate mais complexo, juntar a Educação Inclusiva no Contextos Amazônico torna-se um imenso desafio que requer muitas reflexões, diálogos técnicos e analíticos, que ajudem a compreender o funcionamento dessas demandas na imensa região amazônica.

A luta por uma educação inclusiva não é de agora, já são décadas de muitos movimentos sociais que anseiam por direitos de uma educação justa para todos. Tais movimentos ganham mais notoriedade com a iniciativa de pesquisas que trazem a este cenário os temas que tratam da Educação Especial e Inclusiva. Segundo Silva³ (2014) *apud De Melo* (2017)

[...] a pesquisa em EE e EI apresenta três períodos, a saber: Pioneirismo (1971-1984), Expansão (1985-1998) e Consolidação (1999-2009). Apesar da consolidação da área e do aumento expressivo das publicações em EE e EI, muitas questões sobre a educação da pessoa com deficiência ainda não apresentam respostas. (DE MELO, 2017.p. 2337)

No Brasil, a Educação Inclusiva é uma realidade amparada por lei, sob o [nº 13.146, de 6 de julho de 2015](#), que em seu Artigo 1º diz que a EI é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”(BRASIL, 2015)

Mesmo com essa legislação, o ideal da EI ainda tem muitas dificuldades para se solidificar, seja por falta de incentivos financeiros voltados para aplicabilidade de recursos destinados a projetos de inclusão, seja pela falta de uma formação adequada aos profissionais da área, ou pela imensa diversidade geográfica do país que configura muitas realidades a serem enfrentadas como barreiras que dificultam a inclusão estabelecida legalmente.

Outro ponto fundamental nesse processo é procurar conciliar as políticas públicas que se dispõem a tratar todos com igualdade, mas de certo modo, esquecem que no nosso Brasil é necessário conhecer as realidades e desafios de cada região para que medidas sejam tomadas,

³ SILVA, R. H. dos R. A pesquisa em educação especial e inclusiva no contexto da pós-graduação em educação no Brasil: constituição, desafios e perspectivas. In: ORRÚ, S. E. **Para além da educação especial: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Wak, 2014. Capítulo 2, p. 55-93.



de forma que, esta lei seja de fato para todos. Esse discurso que aponta um desencontro no que é necessário e o praticado, é analisado nos debates que envolvem o planejamento de um Plano de Desenvolvimento da Educação no Brasil, que para SAVIANI (2014), é necessário criar um Sistema Nacional de Educação que atenda os anseios das múltiplas realidades da nação. E só assim, através de planejamentos sistemáticos que interliguem essas realidades será possível falar em educação igualitária.

Por outro lado, com a ascensão das ideias de inclusão impulsionadas nas últimas décadas, tanto fora quanto dentro, fomentadas através de movimentos político-sociais, leis e resoluções é que essas demandas de políticas nacionais são evidenciadas no Plano Nacional de Educação, que de acordo com Ministério da Educação⁴ (2014) *apud* Mourão e Nogueira (2016), neste plano

Identificam-se as metas traçadas em quatro grupos: metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, metas que se referem à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, metas para a valorização dos profissionais da educação e metas específicas para a educação superior. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO *apud* NOGUEIRA, MOURÃO, 2016. p.118)

Partindo desse pressuposto, metas que garantem o direito à educação e propõem reduzir as desigualdades podem ser entendidas na Meta 04 que trata exclusivamente dos desafios da inclusão. Assim se estabelece:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014)

Os desafios da Educação Inclusiva vão além da própria dificuldade ou deficiência de cada criança, isso se consolida em um Brasil com uma extensa diversidade geográfica, que

⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. 27 jul. 2016>. Acesso: 27 jul. 2016.

apesar de suas riquezas naturais, apresentam realidades peculiares, que exigem políticas públicas que atendam às exigências regionais.

No contexto amazônico essa é uma realidade com muitas peculiaridades, que na maioria das vezes se entrelaçam entre o fator cultural e geográfico, resultando em uma realidade própria com muitos desafios. Portanto, os desafios na Educação inclusiva no contexto amazônico devem ser vistos a partir de suas características regionais, ou seja, partindo de dentro para fora, conhecendo as realidades regionais e suas implicações e com isso aplicar a legislação em conformidade com tais contextos, respeitando e adaptando aos modos de vidas locais, que não são poucos.

A professora Iraci Carvalho Uchoa, em sua pesquisa⁵ sobre Trabalho e Educação no Campo, pontua os desafios de quem vive sob tais condições regionais, e partir dessa perspectiva podemos enxergar as muitas barreiras pelo qual esse texto vem falando:

Os movimentos sociais reivindicam um projeto de educação que esteja de acordo com a realidade dos sujeitos do campo, significa dizer, que o estudante tem o direito a escolarização a partir do território onde vive, que no contexto amazônico é de acordo com a dialética da natureza, ou seja das subidas e descidas das águas, contudo, embora as diretrizes assegurem tal direito, abre espaço para processo de nucleação, que se consiste na retirada dos alunos das suas comunidades de origens, além das longas viagens realizadas em barcos ou canoas em condições precárias, fatores que contribuem com a evasão escolar no campo. (UCHOA, 2018. p.127)

Podemos encarar com uma descrição de uma realidade pelo qual todos os sujeitos são afetados e envolvidos pelas condições adversas da região amazônica. De acordo professor Luís Carlos Sérgio de Almeida,

“A Educação Inclusiva no Campo no Amazonas, é um desafio evidenciado e uma necessidade” [...] A inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, se configura como um desafio maior ainda, em se oferecer dignidade aos sujeitos das comunidades camponesas”. (ALMEIDA, 2018.p. 16)

Para tanto, o subtítulo desses escritos intitulado “A Educação Inclusiva em contextos Amazônicos”, procurou enfatizar e abrir uma reflexão a partir da legislação das políticas públicas nacionais vigentes para Educação Inclusiva, em contraste com as peculiaridades da região amazônica, em especial aquelas do interior e/ou do campo. Destaca-se ainda que quando

⁵ Dissertação de Mestrado com o tema: Trabalho e educação do campo no contexto amazônico: um estudo em uma comunidade camponesa do Médio rio Solimões.

se trata de Educação inclusiva para o contexto amazônico, soma-se todas os desafios que esta temática já vem superando, com as dificuldades que o meio amazônico apresenta: geográficos, culturais, logístico e sociais.

Sendo assim, e partindo do objetivo de que é necessário conhecer para poder compreender, discutir para fortalecer o entendimento de que os sujeitos amazônicos possuem condições que exigem atenção especial em suas práticas e vivências, que de acordo com a proposta de inclusão, é necessário superar as barreiras e desafios. (ALMEIDA, 2018).

Só assim teremos uma formação humana voltada para a cidadania com equidade e uma escola formadora de cidadãos críticos, participativos, investigativos, conscientes e atuantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fizemos uma longa discussão para que pudéssemos chegar a este momento em que as partes se desentrelassem e começássemos a de fato compreender o processo inclusivo na Amazônia, em especial no estado Amazonas na perspectiva perversa. Para isso, precisamos suscitar que neoliberalismo é um conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia. (LOPES; CAPRIO, 2019).

Na perspectiva de Maia e Ferreira (2018):

A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar amazonense, o futuro da escola inclusiva está dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola, para se adequar aos novos tempos. Se hoje ainda são experiências locais, as que estão demonstrando a viabilidade da inclusão, em escolas e redes de ensino brasileiras, estas experiências possuem a força do óbvio e a clareza da simplicidade e só essas virtudes são suficientes para se antever o crescimento desse novo paradigma no sistema educacional (MAIA; FERREIRA, 2018).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) problematiza a necessidade de se promover a reestruturação das escolas de ensino regular para o atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial. Mas precisamos pensar que com as articulações neoliberais que rondam a Amazônia, especialmente nosso estado, a educação é a primeira a sofrer com o desmonte das escolas públicas e dentro deste cenário mais afetando ainda serão os alunos com necessidades especiais.

E não podemos nos descuidar porque no discurso neoliberal, a educação deixa de ser parte do campo social e político para ingressar no mercado e funcionar a sua semelhança

(LOPES; CAPRIO, 2019). E com isso, ela perde a sua principal característica que se centra no direito de todos e no seu pilar que é a emancipação da pessoa humana.

Logo, podemos concluir que o neoliberalismo vê a escola como um negócio no mundo competitivo mercado e das técnicas de gerenciamento, e tendenciosamente retira o conteúdo político da cidadania, e em seu lugar insere os direitos daquele que a adquire. Em suma, os alunos e os pais são vistos como consumidores pelo neoliberalismo e nesta banca de compra e venda, alguém precisa perder e pela lógica de quem a implantou nesse novo formato, quem menos tem, menos pode comprar, com isso, a escola pública se esvazia por ter um ensino considerado “fraco” pelos organismos internacionais e o governo, sabendo de tudo, vê como saída a privatização das escolas.

Por mais que isto possa ser visto como uma engenhosa teoria da conspiração, nós já vimos isso se repetir nos meios de comunicação, no fornecimento da energia elétrica e em outras grandes estatais.

Dessa forma, nota-se que o interesse econômico sujeita à educação aos interesses capitalistas e cada vez mais, exclui a promoção de mudanças sociais, tornando os indivíduos parte de uma sociedade individualista e competitiva. A formação de educadores torna-se precária, na oferta de cursos baratos, de modo conteudista e que desconsidera as diferenças:

Nesse projeto, a intervenção na educação com vistas a servir os propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideológicos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das ideias [sic] que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal (SILVA, 1994, p. 12).

Sendo assim, é necessário repensar a educação em todos os âmbitos, pois é na educação que se acredita na transformação social e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação por séculos foi negada aos menos abastados, se tornando um instrumento de controle social da monarquia, da elite e hoje dos ricos, onde os que detêm riquezas recebem mais instruções e os sem poder aquisitivo o suficiente para ler e contar, os “alfabetizados



funcionais”. Por isso, a educação precisa ser pensada e organizada pelas pessoas que vivem a educação que são pais, professores, alunos, pesquisadores e comunidades e, a partir delas convertidas em políticas educacionais viabilizando e empregando recursos públicos na educação pública. Uma vez que educação se faz na prática e não em escritórios, bancadas e em negociatas. Cada país possui sua realidade e cada formato de educação deve ser pensado de forma que os atenda, e é assim tem que ser no país, um plano nacional de educação que respeite os territórios e suas populações e ao mesmo tempo que busque atendê-los da melhor maneira possível. Assim, deve acontecer em outros lugares e espaços como na região amazônica, sendo uma educação capaz de abarcar as diferenças, sejam elas sociais, étnicas, culturais e econômicas.

Portanto, a educação deve ser compreendida como um bem valioso que pertence a uma sociedade e que por isso deve ser emancipadora, de qualidade e pública e não uma moeda de troca que é posta em uma banca e a leva quem der mais, como fazem os famigerados neoliberais.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luis Sergio Castro de. **Educação Inclusiva no Campo: realidades e desafios no contexto escolar em Presidente Figueiredo no Amazonas** / Luis Sergio Castro de Almeida. 2018 (Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do Trabalho: ensaios sobre afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed., 10. reimpr. rev. e ampl. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ARANHA, Rudervânia da Silva Lima. **Proemem: a lógica do mercado na educação pública municipal de Manaus** / Rudervania da Silva Lima Aranha. 2017 -Dissertação(Mestrado em Educação- Educação e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Amazonas.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm . Acesso em 18 de agosto de 2021.

DE MELO, Kiara Karizy Guimarães. **Características e tendências da produção em educação especial e educação inclusiva desenvolvidas nos programas de pós-graduação em educação do centro-oeste brasileiro**. In: XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte. 2017.

LOPES, E. C. P. M; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. Disponível em



https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/edi5_artigoedanielopes.pdf. Acesso: 08 de agosto de 2022.

FREIRE, P. (1997). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 4ª ed. (1ª edição: 1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREITAS, Luis Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: Novas Direitas, velhas ideais**. São Paulo. Expressão Popular, 2018.

LAKATOS, E. M; MARCONI. M. de A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 2.Ed. São Paulo: Atlas. 1991.

MAIA, S. D. B; FERREIRA, L. F. *Perspectivas para a educação inclusiva no estado do Amazonas*. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_I_D5139_10092018093653.pdf Acesso em 08 de agosto de 2022.

MARX, Karl, ENGELS, Friederich. *Idelogia Alemã*, 1989.

NOGUEIRA, Silvia C.C. MOURÃO, Arminda R.B. **Educação profissional no PNE 2014-2024: tendências e desafios**. Revista Amazônida, 2016, ANO 01, Nº 01, p. 118 - 131

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Lei nº 13.005/2014**. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acessa em 18 de agosto de 2021.

SADA, J. **Centro de Referências em Educação Integral**. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/desvendando-pne-inclusao-pode-ajudar-na-construcao-de-uma-sociedade-mais-tolerante/>. Acesso em: 21 ago. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**/ Dermeval Saviani. -Campinas, SP: Autores Associados, 2014. – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SILVA, T. T. A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

UCHOA, Iraci de Carvalho. **Trabalho e Educação no contexto amazônico: um estudo em uma comunidade camponesa do Médio Rio Solimões**/ Iraci Carvalho Uchoa, 2018.(Dissertação/Mestrado em Educação – Educação e Políticas Públicas)- Universidade Federal do Amazonas).

VICTORIA, Cláudio Gomes da. **Comunidade, escola e juventude: navegando pela história oral de vida de jovens de uma comunidade ribeirinha do Amazonas** / Cláudio Gomes da Victoria. – Campinas, SP: [s.n.], 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

VINENTE, S; GALVANI, M. D. *A política de educação especial em um município amazonense de grande porte*. Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_621_6215cca6cc29b2c5.pdf. Acesso em 08 de agosto de 2022.